



Simulados Finais

TRF 1

Técnico Judiciário
Área Administrativa
Pós-Edital

Simulado

Simulado Final TRF-1 (Técnico Judiciário - Área Administrativa)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Técnico Judiciário - Área Administrativa da TRF-1**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/zNRTeiUdtqerCZCYA>

- | | | | | |
|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| 01 - (A)(B)(C)(D)(E) | 17 - (A)(B)(C)(D)(E) | 33 - (A)(B)(C)(D)(E) | 49 - (A)(B)(C)(D)(E) | 65 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 02 - (A)(B)(C)(D)(E) | 18 - (A)(B)(C)(D)(E) | 34 - (A)(B)(C)(D)(E) | 50 - (A)(B)(C)(D)(E) | 66 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 03 - (A)(B)(C)(D)(E) | 19 - (A)(B)(C)(D)(E) | 35 - (A)(B)(C)(D)(E) | 51 - (A)(B)(C)(D)(E) | 67 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 04 - (A)(B)(C)(D)(E) | 20 - (A)(B)(C)(D)(E) | 36 - (A)(B)(C)(D)(E) | 52 - (A)(B)(C)(D)(E) | 68 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 05 - (A)(B)(C)(D)(E) | 21 - (A)(B)(C)(D)(E) | 37 - (A)(B)(C)(D)(E) | 53 - (A)(B)(C)(D)(E) | 69 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 06 - (A)(B)(C)(D)(E) | 22 - (A)(B)(C)(D)(E) | 38 - (A)(B)(C)(D)(E) | 54 - (A)(B)(C)(D)(E) | 70 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 07 - (A)(B)(C)(D)(E) | 23 - (A)(B)(C)(D)(E) | 39 - (A)(B)(C)(D)(E) | 55 - (A)(B)(C)(D)(E) | 71 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 08 - (A)(B)(C)(D)(E) | 24 - (A)(B)(C)(D)(E) | 40 - (A)(B)(C)(D)(E) | 56 - (A)(B)(C)(D)(E) | 72 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 09 - (A)(B)(C)(D)(E) | 25 - (A)(B)(C)(D)(E) | 41 - (A)(B)(C)(D)(E) | 57 - (A)(B)(C)(D)(E) | 73 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 10 - (A)(B)(C)(D)(E) | 26 - (A)(B)(C)(D)(E) | 42 - (A)(B)(C)(D)(E) | 58 - (A)(B)(C)(D)(E) | 74 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 11 - (A)(B)(C)(D)(E) | 27 - (A)(B)(C)(D)(E) | 43 - (A)(B)(C)(D)(E) | 59 - (A)(B)(C)(D)(E) | 75 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 12 - (A)(B)(C)(D)(E) | 28 - (A)(B)(C)(D)(E) | 44 - (A)(B)(C)(D)(E) | 60 - (A)(B)(C)(D)(E) | 76 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 13 - (A)(B)(C)(D)(E) | 29 - (A)(B)(C)(D)(E) | 45 - (A)(B)(C)(D)(E) | 61 - (A)(B)(C)(D)(E) | 77 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 14 - (A)(B)(C)(D)(E) | 30 - (A)(B)(C)(D)(E) | 46 - (A)(B)(C)(D)(E) | 62 - (A)(B)(C)(D)(E) | 78 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 15 - (A)(B)(C)(D)(E) | 31 - (A)(B)(C)(D)(E) | 47 - (A)(B)(C)(D)(E) | 63 - (A)(B)(C)(D)(E) | 79 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 16 - (A)(B)(C)(D)(E) | 32 - (A)(B)(C)(D)(E) | 48 - (A)(B)(C)(D)(E) | 64 - (A)(B)(C)(D)(E) | 80 - (A)(B)(C)(D)(E) |

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/amyn>

CONHECIMENTOS BÁSICOS**LÍNGUA PORTUGUESA***Felipe Luccas*

01. Segundo o gramático Celso Cunha, os adjetivos mostram os seguintes valores: uma qualidade, uma característica, um estado ou uma relação.

Assinale a frase em que o adjetivo sublinhado é classificado como adjetivo de estado.

- a) Não tome decisões aborrecido.
- b) Nada mais difícil que a mudança.
- c) Pessoas ignorantes se excedem em confiança.
- d) A imaginação humana é infinita.
- e) Pessoas sábias são uma minoria paciente.

02. Assinale a frase abaixo que não exemplifica a substantivação de um adjetivo.

- a) O proibido me atrai.
- b) O ótimo é inimigo do bom.
- c) A vida nem sempre privilegia os merecedores.
- d) A soberba é a solidão mais solitária.
- e) O machucado da perna piorou.

03. Assinale a frase em que o adjetivo exerce uma função sintática diferente daquela observada nos demais.

- a) A bela paisagem encantou os turistas.
- b) Ele comprou um carro novo.
- c) A cidade antiga preserva suas tradições.
- d) Eles visitaram o famoso museu.
- e) Os turistas sempre acordam cansados.

04. No texto a seguir há a apresentação de uma opinião.

“A Inteligência Artificial (Ia) precisa ser monitorada para garantir segurança, ética e conformidade regulatória, além de otimizar seu desempenho e mitigar impactos sociais. A IA pode apresentar comportamentos imprevisíveis, ser usada de forma maliciosa e perpetuar preconceitos, exigindo supervisão para prevenir danos e discriminação. O monitoramento também assegura transparência, responsabilidade e respeito às leis de proteção de dados, como o GDPR, além de garantir a qualidade e precisão de suas operações, corrigindo erros rapidamente. Além disso, a automação impulsionada pela IA pode afetar o mercado de trabalho e o meio ambiente, o que exige acompanhamento para mitigar impactos negativos e promover uma transição justa e sustentável”.

Em relação ao procedimento de apresentação da opinião presente no texto acima, é correto afirmar que o argumentador:

- a) apresenta sua própria opinião;
- b) apresenta uma opinião como geral;
- c) apresenta uma opinião alheia;
- d) apresenta e comenta uma opinião;
- e) confronta diversas opiniões.

05. Assinale a alternativa em que a preposição é exigida por um termo anterior.

- a) "A paciência de Jó é uma virtude inestimável."
- b) "A coragem de um leão é o que faz a diferença."
- c) "A esperança de um futuro melhor mantém a chama acesa."
- d) "A beleza do pôr do sol traz paz ao coração."
- e) "A sabedoria dos anciãos deve ser valorizada."

06. A ordem dos termos em um sintagma nominal é relevante para a análise do sentido e da classe dos seus constituintes. No segmento “*determinados valores*”, a inversão dos termos causaria mudança de sentido e de classe gramatical. Assinale a alternativa em que isso também ocorre.

- a) história triste
- b) renomado autor
- c) pobre mulher
- d) bom atirador
- e) várias soluções

07. Está grafado incorretamente o vocábulo:

- a) seguro-desemprego;
- b) sub-desenvolvido;
- c) intra-auricular;
- d) super-reforçado;
- e) antidemocrático.

08. A ambiguidade é uma situação em que uma palavra, frase ou expressão pode ser interpretada de mais de uma forma, podendo levar a um significado diferente. Assinale a alternativa em que não ocorre ambiguidade:

- a) Professor e aluno debateram muito; este, inclusive, se descontrolou.
- b) A demissão do gerente causou mal-estar na empresa.
- c) Encontramos o cachorro estressado sob a cama.
- d) O policial nega ter agredido o ladrão em sua casa.
- e) Eles são empresários de jogadores muito promissores.

09. Verbos abundantes são aqueles que possuem mais de uma forma de valor equivalente, o que ocorre principalmente no particípio.

Assinale a opção que mostra uma forma inadequada de particípio.

- a) pagar / pagado e pago.
- b) entregar / entregado e entregue.
- c) imprimir / imprimido e impresso.
- d) chegar / chegado e chego.
- e) expressar / expressado e expresso.

10. Falácias são raciocínios inválidos ou enganosos que parecem corretos à primeira vista, mas que, ao serem analisados mais detalhadamente, revelam-se falhos. Elas podem ser utilizadas de maneira intencional, para enganar ou manipular, ou de maneira acidental, por falta de conhecimento sobre lógica ou argumentação.

Tendo esse conceito em vista, considere o seguinte argumento: *"Todos os grandes escritores leem compulsivamente. Carlos lê compulsivamente, portanto ele deve ser um grande escritor."*

Assinale entre as alternativas abaixo um comentário adequado sobre uma falácia contida no raciocínio exposto.

- a) Apelo à autoridade - O argumento utiliza a opinião de uma figura de autoridade para validar uma afirmação. Exemplo: "O renomado cientista Dr. Smith afirma que a teoria é verdadeira, portanto deve ser verdade."
- b) Generalização precipitada - Extrapolando uma conclusão a partir de uma amostra não representativa. Exemplo: "Experimentei um restaurante chinês ruim, logo todos os restaurantes chineses devem ser ruins."
- c) Argumento ad hominem - Ataca o caráter ou a credibilidade da pessoa que faz o argumento, em vez de refutar o argumento em si. Exemplo: "Não podemos aceitar as propostas do político X, pois ele é conhecido por ser corrupto."
- d) Falsa dicotomia - Apresenta apenas duas alternativas como se fossem as únicas possíveis, ignorando outras possibilidades. Exemplo: "Se não apoiar essa medida, você é contra o progresso da nação."
- e) Causa falsa - Assume erroneamente que uma coisa é a causa de outra sem evidências adequadas para tal afirmação. Exemplo: "O aumento no consumo de sorvete está relacionado ao aumento no número de afogamentos."

Observe o texto a seguir.

Transtorno de personalidade é um conjunto de doenças psiquiátricas caracterizadas por desvios de comportamento bem rígidos e mal ajustados que prejudicam a forma que o paciente lida com seus impulsos e com as pessoas ao redor. O problema é dividido em três grupos principais que possuem características semelhantes.

Classe A (personalidades excêntricas). Aqui, existem os transtornos de personalidade paranoide, esquizoide e a esquizotípica. Em geral, as pessoas que possuem alguns desses transtornos sofrem com falta de confiança em outras pessoas e não existem muitas expressões emocionais.

No entanto, há algumas diferenças. Pessoas com o transtorno paranoide costumam ser hostis e agressivas, por ter uma tendência a sempre achar que vai ser enganada e sendo assim, desconfiam das pessoas.

As pessoas com o transtorno esquizoide são indiferentes a relações pessoais, não tendo nenhuma vontade de interagir com outros indivíduos. No caso da esquizotípica, elas podem ter um comportamento excêntrico, pensamentos e crenças incomuns ou bizarras, sentimento de desconforto em ambientes sociais e dificuldade para ter relacionamentos íntimos.

Classe B (personalidades dramáticas). Existem quatro transtornos relacionados com esse tipo de personalidade. Elas se destacam pela falta de respeito com outras pessoas, geralmente o paciente não demonstra remorso por suas atitudes, mas também possuem suas diferenças.

Por exemplo, quem possui o transtorno de personalidade antissocial não consegue reconhecer os sentimentos e necessidade de outros, podendo agredir, roubar e mentir repetidamente para as pessoas, além de poder ter comportamentos ilegais.

Esse tipo é o completo oposto da personalidade narcisista, que, apesar de agir parecido em alguns pontos com a personalidade antissocial nos quesitos de pouca empatia ou preocupação com outras pessoas, possuem uma autoestima elevada e uma necessidade de autoafirmação, bem como fantasias de sucesso, beleza ou poder.

Já os transtornos de histriônica e borderline se relacionam pelo drama e emotividade. Pessoas que possuem personalidade histriônica são altamente emotivas e dramáticas, precisando sempre de aprovação

e atenção excessiva. Já as características da borderline incluem o medo de ser abandonado, assim como relacionamentos intensos e instáveis, podendo estar acompanhado de comportamento autodestrutivo e sentimento de vazio crônico.

Classe C (personalidades ansiosas). Nessa classe, há conhecimento de três transtornos de personalidades de pessoas ansiosas, em que persiste um sentimento de inadequação e os pacientes são pouco abertos a mudanças.

Pacientes com o transtorno de personalidade esquiva são tímidos e isolados socialmente, e evitam a interação social, sendo extremamente sensíveis aos julgamentos negativos dos outros, podendo ter sentimentos de inadequação.

Alguns traços da personalidade obsessivo-compulsiva são de pessoas preocupadas com regras e ordem e que valorizam o trabalho acima de outros aspectos da vida, fazendo com que sejam perfeccionistas e sentido uma necessidade de estar no controle. É importante ressaltar que ela não tem relação com o transtorno obsessivo-compulsivo, que é uma forma de transtorno de ansiedade.

No caso do transtorno de personalidade dependente, a pessoa sente a necessidade de ser cuidado e tem medo de estar sozinho, bem como possui a dificuldade de ficar longe de seus entes queridos ou tomar decisões por conta própria. Quem tem o problema pode ser submisso e tolerar relações abusivas.

<https://www.rededorsaoluz.com.br/doencas/transtorno-de-personalidade>

11. Sobre a estruturação e as informações contidas no texto, assinale a alternativa incorreta.

- a) O texto começa com uma definição clara do que é transtorno de personalidade, destacando que são distúrbios psiquiátricos que afetam a forma como os indivíduos interagem com os outros e controlam seus impulsos. Também informa que os transtornos são divididos em três categorias principais, estabelecendo a estrutura que será seguida ao longo do texto;
- b) O texto aborda os transtornos paranoide, esquizoide e esquizotípico. Cada um é descrito de forma detalhada, mostrando suas peculiaridades. Por exemplo, o transtorno paranoide está associado à desconfiança e hostilidade, enquanto o esquizoide envolve isolamento social e indiferença. Já o esquizotípico é caracterizado por comportamentos excêntricos e dificuldades em interações sociais.;
- c) No segmento "Personalidades Ansiosas", o foco são os transtornos que envolvem medo e ansiedade, como o transtorno de personalidade esquiva, obsessivo-compulsiva e dependente. O texto esclarece as características de cada transtorno, como o medo de rejeição social na personalidade esquiva e a obsessão com ordem na obsessivo-compulsiva, destacando que esta última não deve ser confundida com o transtorno obsessivo-compulsivo (TOC).
- d) O autor explica que as personalidades desse grupo são marcadas por comportamentos dramáticos e falta de empatia, detalhando os transtornos antissocial, narcisista, histriônico e borderline. As descrições realçam as diferenças e semelhanças entre esses transtornos, como a dificuldade de sentir empatia (no caso dos transtornos antissocial e narcisista) e o medo de abandono e os relacionamentos instáveis no borderline;
- e) Embora o texto cubra uma ampla variedade de transtornos, estes são discutidos com profundidade e detalhamento, especialmente em termos de tratamento ou impacto na vida cotidiana do paciente.

12. Uma inferência inválida a partir das informações apresentadas no texto sobre os transtornos de personalidade é que:

- a) Indivíduos com transtorno de personalidade paranoide tendem a apresentar comportamentos agressivos devido à sua desconfiança exacerbada dos outros.
- b) A característica comum aos transtornos da classe C é o forte componente de ansiedade, o que leva os indivíduos a apresentarem comportamentos que evitam mudanças ou novas interações sociais.
- c) O transtorno de personalidade esquizotípica, apesar de pertencer à mesma classe que o transtorno esquizoide, diferencia-se por incluir comportamentos e crenças excêntricas.
- d) O transtorno de personalidade borderline é caracterizado por relações instáveis e comportamentos autodestrutivos, sendo o medo do abandono um fator-chave nesse transtorno.
- e) A obsessão por regras e perfeição no transtorno de personalidade obsessivo-compulsiva gera a condição também conhecida como transtorno obsessivo-compulsivo, uma vez que essas pessoas priorizam regras, ordem e o trabalho acima de outros aspectos da vida e conseqüentemente sejam perfeccionistas e controladoras.

13. No que se refere à pouca propensão à interação social, são semelhantes as personalidades:

- a) esquivas e esquizoides;
- b) esquizoides e borderline;
- c) histriônicas e borderline;
- d) dramáticas e narcisistas;
- e) esquivas e esquisitas.

14. *Pacientes com o transtorno de personalidade esquiva são tímidos e isolados socialmente, e evitam a interação social, sendo extremamente sensíveis aos julgamentos negativos dos outros, podendo ter sentimentos de inadequação.*

Esse segmento textual deve estar inserido no modo expositivo de organização discursiva.

Uma marca que caracteriza esse modo de organização é a

- a) apresentação de uma série de fatos cronologicamente sucessivos que dão conta de um período de tempo.
- b) exposição de um tema de forma coerente, ordenada e clara, de modo que possa ser lido com fluidez e interpretado com facilidade.
- c) indicação de um conjunto de traços de uma realidade qualquer de forma que a possamos identificar.
- d) defesa de uma ideia diante de uma realidade que permite mais de um posicionamento ideológico.
- e) demonstração de uma ideia apoiada em diferentes meios de comprovação ou apoio para convencimento do leitor.

15. Assinale a frase em que a grafia do “porquê” está correta.

- a) Todos sabem **por que** devem trabalhar.
- b) Queria saber **porque** as pessoas boas nem sempre vencem.
- c) Tenha muita paciência, **por que** existe o código penal.
- d) Desejo entender **por quê** não há criminosos em terapia.
- e) O homem criou religiões **porquê** ficou sem respostas científicas.

16. Assinale a frase em que houve troca indevida entre ONDE e AONDE.

- a) Onde estão as pessoas boas?
- b) Comprei uma casa onde podemos descansar.
- c) Aonde pretende chegar sendo tão irracional?
- d) Não sei aonde vamos com essa ansiedade toda.
- e) Preciso me reconciliar com a família: não tenho aonde ficar.

17. Observe a seguinte frase:

“Se as pessoas contessem suas emoções, a psicologia não precisaria ter intervindo para socorrer-lhes”.

Nessa frase, o(s) erro(s) existente(s) é(são):

- a) apenas na conjugação do verbo “intervir”;
- b) apenas na conjugação do verbo “conter”;
- c) na conjugação do verbo “conter” e na regência de “socorrer”;
- d) na conjugação do verbo “conter” e na colocação do pronome “lhes”;
- e) na conjugação dos verbos “conter” e “intervir” e na regência do verbo “socorrer”.

18. Assinale a frase que não mostra um exemplo de voz passiva pronominal (com o pronome Se).

- a) Ninguém se prejudicou por ser mais tolerante.
- b) O tempo que se perde perdoando se recupera dormindo.
- c) A ira não se deve justificar pela estupidez alheia.
- d) Com quantos erros se constrói uma pessoa sábia?
- e) O sol se põe para todos, só não sabe quem não quer.

19. Assinale a frase em que a classe gramatical do vocábulo “que” está corretamente indicada.

- a) Quanto mais leio, mais dizem que estou errado. / pronome interrogativo.
- b) A arte verdadeira tem um quê de loucura. / interjeição.
- c) Todos têm que sair da zona de desconforto. / conjunção integrante.
- d) Não sei que virtude mais me falta. / advérbio de intensidade.
- e) Sempre vendem método os que improvisam. / pronome relativo.

20. Todas as frases abaixo mostram o emprego de uma vírgula. Assinale a frase em que esse emprego está corretamente justificado.

- a) Duque de Caxias, 10 de março de 1987 / separar ou isolar o vocativo.
- b) Aos opositores, não lhes darei nenhuma atenção / indicar a supressão de verbo já enunciado.
- c) Em toda família, há alguém tentando salvar os demais / separar ou isolar o adjunto adverbial deslocado.
- d) Há dois tipos de pessoas, aqueles que dizem "por quê?" e aqueles que dizem "por que não?". / isolar expressões de valores diversos.
- e) Não precisamos de paz, mas sim de validação / isolar o aposto.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Eduardo Mocellin

21. Um servidor do TRF1 apresenta um determinado valor X em reais guardado embaixo do seu colchão. Desse valor, ele retirou 20% para presentear a sua sogra. Do valor restante, o servidor retirou 30% para presentear a sua mulher. O valor que restou embaixo do seu colchão, como percentual do valor original X, é:

- a) 56%
- b) 54%
- c) 52%
- d) 50%
- e) 46%

22. As fotografias de 60 servidores de certa vara do TRF1 serão dispostas em uma parede, arrumadas em um formato retangular com determinado número de linhas e colunas. Sabe-se que a disposição das fotografias deve ter pelo menos 3 linhas e pelo menos 3 colunas.

O número de formatos diferentes (número de linhas e número de colunas) que a disposição das fotografias poderá ter é:

- a) 5
- b) 6
- c) 7
- d) 8
- e) 10

23. Considere a afirmação a seguir:

“Se não estudo para concursos públicos, então sou um ser humano feliz.”

Analise, a seguir, três novas afirmações:

- I. Se estudo para concursos públicos, então não sou um ser humano feliz.
- II. Se sou um ser humano feliz, então não estudo para concursos públicos.
- III. Se não sou um ser humano feliz, então estudo para concursos públicos.

Assinale a opção que indica a(s) afirmação(ões) que é(são) equivalente(s) à inicial.

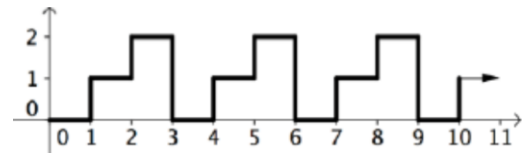
- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) III, apenas.
- d) I e II, apenas.
- e) I, II e III.

24. Joaquim é mais baixo do que Amélia. Paulo não é mais baixo do que Amélia. Débora não é mais alta do que Joaquim.

É correto concluir que:

- a) Amélia é mais alta do que Paulo;
- b) Paulo é mais baixo do que Joaquim;
- c) Débora é mais alta do que Amélia;
- d) Joaquim é mais baixo do que Paulo;
- e) Débora é mais alta do que Paulo.

25. Considere o percurso representado parcialmente no sistema de coordenadas a seguir:



Ao percorrer um comprimento de 200 unidades ao longo desse percurso a partir da origem, o ponto final será:

- a) (84; 0)
- b) (85; 0)
- c) (85; 1)
- d) (86; 1)
- e) (86; 2)

26. Em uma seção do TRF1, trabalham 3 analistas e 5 técnicos. Nessa seção será criada uma equipe de trabalho que deve ser formada por 5 pessoas e deve conter, no mínimo, um analista. O número de equipes distintas que podem ser formadas é:

- a) 54
- b) 55
- c) 56
- d) 60
- e) 64

NOÇÕES DE SUSTENTABILIDADE*André Rocha*

27. O artigo 225 da Constituição Federal do Brasil, inserido no Título VIII, que trata da Ordem Social, dispõe sobre a proteção do meio ambiente, estabelecendo-o como um direito de todos e um dever tanto do poder público quanto da coletividade. Tal dispositivo afirma que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, essencial à sadia qualidade de vida, impondo ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Sobre as incumbências do poder público em relação à preservação ambiental, é correto afirmar que

- a) os biocombustíveis e o hidrogênio de baixa emissão de carbono deve ter regime fiscal favorecido, a fim de assegurar-lhes tributação inferior à incidente sobre os combustíveis fósseis.
- b) a fauna e a flora devem ser preservadas, sendo vedadas práticas de exploração vegetal e animal no Brasil.
- c) são vedadas a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente.
- d) em todas as unidades da Federação deve haver espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente por meio de ato do poder público, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção.
- e) é incondizente com os preceitos constitucionais a existência de entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético ambiental brasileiro.

28. A Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), sendo um marco regulatório no Brasil

voltado para a mitigação dos impactos das mudanças climáticas e a promoção de ações de desenvolvimento sustentável. Essa legislação alinha o Brasil aos esforços globais para enfrentar os desafios climáticos, estabelecendo princípios, objetivos, diretrizes e instrumentos voltados à redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE) e à adaptação às mudanças climáticas.

I – compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a proteção do sistema climático;

II - estratégias integradas de mitigação e adaptação à mudança do clima nos âmbitos local, regional e nacional;

III - estímulo ao desenvolvimento do Mercado Brasileiro de Redução de Emissões - MBRE.

São objetivos da PNMC os indicados no(s) item(ns):

- a) I, somente.
- b) I e II, somente.
- c) I e III, somente.
- d) II e III, somente.
- e) I, II e III.

29. Joana, servidora do TRF-1 e estudiosa da área ambiental, foi convidada a fazer parte da Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável (PLS) daquele órgão, regrado pela Resolução CNJ nº 400/2021. Ao estudar a referida norma, Joana descobriu que a Comissão Gestora do PLS possui como uma de suas competências a de

- a) elaborar o PLS em conjunto com as unidades gestoras responsáveis pela execução do Plano.
- b) monitorar os indicadores e as metas do PLS.
- c) elaborar, em conjunto com as unidades gestoras responsáveis pela execução do PLS, as ações constantes do plano de ações e monitorá-las.
- d) sugerir tarefas e iniciativas às unidades para o alcance das metas do PLS e realização das ações propostas no plano de ações.
- e) elaborar relatório de desempenho anual do PLS.

30. O Município Alfa, de quinze mil habitantes, integrante de uma Região Metropolitana, nomeou a Engenheira Ambiental Andreia, aprovada em concurso público, para atuar na gestão dos resíduos sólidos do município.

Ao chegar na Prefeitura em seu primeiro dia de trabalho, Andreia ficou sabendo que o município ainda não havia implantado a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, embora houvesse plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos e previsão de mecanismos de cobrança que garantam sua sustentabilidade econômico-financeira. Desse modo, tais materiais eram encaminhados para um lixão em vez de serem encaminhados a um aterro sanitário.

Ao perceber tal situação, Andreia foi no gabinete do Prefeito e informou-o, corretamente, que

- a) Como se trata de município com menos de vinte mil habitantes, a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos deverá ser implementada até 31 de dezembro de 2024.
- b) Por fazer parte de uma Região Metropolitana, haver plano de resíduos sólidos e mecanismos de cobrança que garantam sua sustentabilidade econômico-financeira, a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos deveria ter sido implementada até 2 de agosto de 2021.
- c) Como se trata de município com menos de vinte mil habitantes, a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos deverá ser implementada até 2 de agosto de 2024.
- d) Por fazer parte de uma Região Metropolitana, haver plano de resíduos sólidos e mecanismos de cobrança que garantam sua sustentabilidade econômico-financeira, a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos deveria ter sido implementada até 2 de agosto de 2024.
- e) Como se trata de município com menos de cinquenta mil habitantes, a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos deverá ser implementada até 2 de agosto de 2024.

31. O Decreto nº 10.936/2022 consolida e aprimora as diretrizes para a gestão integrada de resíduos sólidos em todo o território nacional, incluindo mecanismos para promover a logística reversa, a economia circular, a responsabilidade compartilhada e a inclusão social dos catadores de materiais recicláveis. Ele detalha ainda os papéis e responsabilidades de diferentes atores no processo de gestão, como a União, Estados, Municípios, setor privado e sociedade civil.

Segundo o art. 30 do referido Decreto, na gestão e no gerenciamento de resíduos sólidos, será observada a seguinte ordem de prioridade:

- I - _____ de resíduos sólidos;
- II - _____ de resíduos sólidos;
- III - _____ de resíduos sólidos;
- IV - _____ de resíduos sólidos;
- V - tratamento de resíduos sólidos; e
- VI - disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

Assinale a alternativa que preenche correta e respectivamente as lacunas.

- a) Redução, Não geração, Reciclagem e Reúso.
- b) Reutilização, Não geração, Reciclagem e Redução.
- c) Não geração, Redução, Reutilização e Reciclagem.
- d) Não geração, Redução, Reciclagem e Reutilização.
- e) Não geral, Reciclagem, Reutilização e Redução.

32. André, servidor público do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, foi convidado pela presidência do TRF-1 para ministrar uma palestra sobre o Programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) para que uma possível parceria entre TRF-1 e MMA seja firmada no âmbito desse programa.

Ao receber o convite, André explicou, corretamente, que

- a) O programa A3P é de adesão voluntária e está estruturado em seis eixos temáticos.
- b) O acesso ao programa ocorre por meio de assinatura do Termo de Adesão à A3P, que possui duração de 10 (dez) anos.
- c) Em suas ações, a A3P tem priorizado como um de seus princípios a política dos 3 R's: Reproduzir, Reaproveitar e Reciclar.
- d) A A3P é um programa voltado ao setor público e privado e que busca incorporar os princípios da responsabilidade socioambiental nas atividades da Administração das organizações.
- e) A A3P é um programa voltado para o Poder Executivo, não podendo ser aplicado em órgãos do Poder Judiciário, que já contam com as diretrizes de sustentabilidade preconizadas pela Resolução CNJ nº 400/2021.

NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS E FUNDAMENTAIS E DE ACESSIBILIDADE

Géssica Ehle

33. A Agenda 2030 da ONU é um plano global que busca promover um mundo melhor para todos os povos e nações. A Assembleia Geral das Nações Unidas, realizada em Nova York, em setembro de 2015, com a participação de 193 estados membros, estabeleceu 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

De acordo com a Agenda 2030 da ONU, são objetivos de desenvolvimento sustentável:

- a) Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para a maioria dos cidadãos.
- b) Assegurar padrões de produção e de consumo condizentes com as possibilidades econômicas de cada Estado.
- c) Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas nos níveis mais baixos.
- d) Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.
- e) Tornar as cidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis, suprimindo os assentamentos humanos.

34. De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição. Nesse sentido, de acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos

- a) todo ser humano acusado de um ato delituoso tem o direito de ser presumido inocente até que a sua culpabilidade tenha sido provada de acordo com a lei, em julgamento sigiloso no qual lhe tenham sido asseguradas todas as garantias necessárias à sua defesa.
- b) não será imposta, ao praticante de ato delituoso, pena mais forte de que aquela que, no momento da prática, era aplicável.
- c) todo ser humano que trabalha tem direito a uma remuneração justa e satisfatória que lhe assegure, assim como à sua família, uma existência abundante.
- d) Todo ser humano tem direito à liberdade de reunião e associação pacífica, podendo ser compelido a fazer parte de uma associação.
- e) O casamento não será válido senão com o livre e pleno consentimento dos nubentes, vedando-se a prática da poligamia.

35. Quanto à pessoa com deficiência e à Lei Brasileira de Inclusão, é correto afirmar que:

- a) A pessoa com deficiência é sujeito de direitos e tem autonomia para decidir sobre sua vida. A tomada de decisão apoiada é uma alternativa à curatela, uma vez que também serve àquele que se encontra em incapacidade relativa.
- b) Indivíduos com deficiência são aqueles que apresentam limitações sensoriais, intelectuais ou cognitivas que, em conjunto com barreiras sociais, impedem sua plena participação na sociedade.
- c) A avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar e considerará os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo, os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais, a limitação no desempenho de atividades e a restrição de participação.
- d) A deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa, contudo o direito de exercer guarda, tutela, curatela, ou de adotar alguém, poderá ser afetado pela deficiência.
- e) As pessoas jurídicas de direito privado estão dispensadas da obrigação de garantir ambientes de trabalho acessíveis e inclusivos.

36. Considerando a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, (Lei de Acessibilidade), que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação, julgue as seguintes alternativas.

- a) Barreiras são qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, podendo ser classificada como barreiras ambientais.
- b) Barreiras arquitetônicas são aquelas existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo.
- c) Barreiras urbanísticas é o conjunto de objetos existentes nas vias e nos espaços públicos, superpostos ou adicionados aos elementos de urbanização ou de edificação, de forma que sua modificação ou seu traslado não provoque alterações substanciais nesses elementos.
- d) Pessoa com mobilidade reduzida é aquela que tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentação, permanente ou temporária, gerando redução efetiva da mobilidade, da flexibilidade, da coordenação motora ou da percepção, incluindo idoso, gestante, lactante, pessoa com criança de colo e obeso.
- e) Barreira na comunicação é qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação.

37. A acessibilidade é direito que garante à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida viver de forma independente e exercer seus direitos de cidadania e de participação social. Dessa forma,

- a) um projeto arquitetônico estará sujeito ao cumprimento de normas de acessibilidade apenas se possuir destinação pública.
- b) a concepção e a implantação de projetos que tratem, exclusivamente, sobre transporte público, tanto na zona urbana como na rural, devem atender aos princípios do desenho universal, tendo como referência as normas de acessibilidade.
- c) o projeto e a construção de edificação de uso privado multifamiliar devem atender aos preceitos de acessibilidade, na forma regulamentar.
- d) a promoção da acessibilidade não é obrigatória em construções, reformas, ampliações ou mudanças de uso de edificações privadas de uso coletivo.
- e) a obtenção de empréstimo e de financiamento internacionais por entes públicos ou privados para a garantia da acessibilidade poderá ser empreendida a qualquer tempo, de modo independente, por cada ente federativo.

38. O Estatuto da Pessoa com Deficiência, instituído pela Lei nº 13.146/2015 - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência é destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

Conforme dispõe a norma legal em questão, a pessoa com deficiência tem direito de receber atendimento prioritário, sobretudo com a finalidade de:

- a) tramitação de quaisquer processos judiciais, em todos os atos e diligências, e tal direito é extensivo ao seu acompanhante.
- b) recebimento de restituição de imposto de renda, e tal direito é extensivo ao seu acompanhante, ou ao seu atendente pessoal.
- c) prestação de serviços de emergência públicos e privados, e tal prioridade não pode ser condicionada aos protocolos de atendimento médico.
- d) acesso a informações e disponibilização de recursos de comunicação acessíveis.
- e) disponibilização de recursos tecnológicos que garantam seu atendimento, ainda que em menor escala quando em comparado com as demais pessoas.

39. De acordo com a Lei nº 10.048/2000, as pessoas com deficiência, as pessoas com transtorno do espectro autista, as pessoas idosas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, as gestantes, as lactantes, as pessoas com criança de colo, os obesos, as pessoas com mobilidade reduzida e os doadores de sangue terão atendimento prioritário. Dessa forma:

- a) Os acompanhantes ou atendentes pessoais das pessoas prioritárias não serão atendidos juntamente aos titulares da prioridade.
- b) O atendimento prioritário poderá ser realizado mediante discriminação de postos, caixas, guichês, linhas ou atendentes específicos para esse fim.

c) Os veículos de transporte coletivo, produzidos a qualquer tempo, serão planejados de forma a facilitar o acesso a seu interior das pessoas portadoras de deficiência.

d) Empresas públicas de transporte coletivo e concessionárias têm a obrigação de reservarem assentos, devidamente identificados, apenas às pessoas com deficiência e às pessoas idosas.

e) Gestantes, lactantes, pessoas com criança de colo e pessoas com mobilidade reduzida serão isentas do pagamento de tarifas em transporte coletivo se devidamente identificadas.

40. Considere as seguintes situações:

I. Luiza, mãe de uma menina de 13 anos que tem deficiência auditiva, solicitou prioridade no recebimento de sua moradia por um programa habitacional do governo, afirmando carência de recursos.

II. Matheus, portador de transtorno do espectro autista, com a devida identificação, solicitou atendimento prioritário em uma instituição financeira privada

III. João, com dificuldade de locomoção, solicitou atendimento após o que estava em curso uma vez que a repartição pública não apresentava guichê prioritário.

Terão prioridade de atendimento, à luz do Estatuto da Pessoa com Deficiência e da Lei nº 10.048/2000,

- a) todos terão;
- b) I e II, apenas;
- c) II e III, apenas;
- d) I e III, apenas;
- e) I, apenas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**DIREITO ADMINISTRATIVO***Herbert Almeida*

41. O prefeito de um município pequeno, ao inaugurar uma obra de grande importância para a cidade, decidiu colocar uma placa na entrada do local com seu nome e uma frase que dizia: “Obra realizada graças ao empenho e dedicação do prefeito João Silva, para o bem de todos os cidadãos”. A população do município, ao perceber o ato, questionou a legalidade dessa publicidade. Com base nos princípios constitucionais administrativos, é correto afirmar que:

- a) o ato está de acordo com o princípio da impessoalidade, uma vez que o nome do prefeito serve apenas para identificar a autoridade responsável pela execução da obra.
- b) o princípio da impessoalidade admite a promoção pessoal de autoridades públicas em obras, desde que a obra atenda ao interesse público de forma clara e tenha sido iniciada e concluída na gestão atual.
- c) a ação do prefeito viola o princípio da impessoalidade, que veda a promoção pessoal de autoridades, uma vez que os atos administrativos devem ser imputados ao ente público, e não ao agente.
- d) o princípio da impessoalidade impede qualquer menção à autoridade pública em qualquer ato administrativo, seja de forma direta ou indireta.
- e) a Constituição não faz qualquer menção à proibição de promoção pessoal em atos administrativos, desde que o agente público tenha contribuído significativamente para o projeto.

42. Carlos é servidor público federal e foi recentemente eleito vereador em seu município. Diante dessa situação, Carlos precisa decidir se continuará no cargo público e, se for o caso, como será sua remuneração. Com base nas disposições da Lei 8.112/90, sobre o exercício de mandato eletivo por servidores públicos, é correto afirmar que:

- a) Carlos deverá ser afastado de seu cargo público, uma vez que o mandato eletivo, em qualquer situação, exige o afastamento total do servidor.
- b) se houver compatibilidade de horários entre o cargo de vereador e o cargo público, Carlos poderá exercer ambos os cargos, percebendo as vantagens do cargo público sem prejuízo da remuneração de vereador.
- c) se Carlos optar por permanecer no cargo público, deverá abrir mão da remuneração do mandato eletivo, pois a Lei 8.112/90 veda a acumulação de remunerações.
- d) ao ser eleito vereador, Carlos perderá automaticamente o direito de optar pela remuneração do cargo público, sendo obrigado a se afastar do cargo público sem receber remuneração.
- e) mesmo havendo incompatibilidade de horários entre os dois cargos, Carlos poderá continuar exercendo ambos, bastando que abra mão de uma das remunerações.

43. Joana é uma servidora pública que tomou posse no cargo de analista no início do ano. Contudo, após um ano de exercício, ela não apresentou a atualização anual da sua declaração de bens e rendimentos à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, conforme exigido pela Lei de Improbidade Administrativa. Ao ser notificada, Joana argumentou que a ausência dessa atualização foi um simples esquecimento, e que não via relevância em tal exigência, já que, segundo ela, seus bens não haviam mudado desde sua posse. Com base nas disposições da Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/92), é correto afirmar que:

- a) Joana poderá ser demitida se não prestar a declaração de bens no prazo determinado.
- b) Joana não poderá ser demitida, já que não houve alteração em seus bens desde a última declaração, e a exigência da lei se aplica apenas em casos de mudança patrimonial.
- c) a não apresentação da declaração de bens no prazo determinado gera advertência, sendo a demissão aplicada somente em caso de enriquecimento ilícito comprovado.
- d) Joana poderá regularizar sua situação a qualquer tempo, pois a Lei não estipula prazo rígido para a atualização da declaração de bens.
- e) a apresentação da declaração de bens é opcional, sendo exigida apenas em casos de apuração de enriquecimento ilícito.

44. Determinado chefe do Executivo decide, por meio de decreto, conceder autorização para a realização de evento cultural anual na praça principal da cidade. O ato foi considerado válido e foi emitido em conformidade com todas as exigências legais, sendo de natureza discricionária. Contudo, meses após a concessão da autorização, um novo gestor assume o cargo e entende que o evento cultural não é mais conveniente para o interesse público local, especialmente devido a novas diretrizes de políticas públicas focadas em preservar a tranquilidade do espaço público. Diante disso, o novo prefeito revoga a autorização concedida. Com base nos conceitos sobre revogação de atos administrativos, assinale a alternativa correta:

- a) a revogação da autorização pelo novo prefeito foi ilegal, pois o ato anterior não apresentava vício de legalidade.
- b) o ato de revogação é nulo, pois o Poder Judiciário deveria ter sido consultado antes da revogação de qualquer ato discricionário da Administração.
- c) o ato de revogação somente pode produzir efeitos *ex tunc*, de modo que todos os efeitos anteriores da autorização também foram desfeitos.
- d) a revogação foi legítima, pois o ato anterior era discricionário e a conveniência e oportunidade da manutenção do evento podem ser reavaliadas pela Administração.
- e) a revogação de um ato administrativo só pode ser realizada em atos vinculados, uma vez que esses não envolvem juízo de mérito.

45. João, cidadão que deseja regularizar a situação de um imóvel de sua propriedade, encaminhou requerimento para a Secretaria de Urbanismo de sua cidade, solicitando a análise e aprovação do projeto. No entanto, ele esqueceu de indicar o endereço do imóvel no requerimento e não anexou cópia de sua identidade. O servidor responsável pelo atendimento informou a João de que o pedido não seria aceito, devido à falta de alguns documentos essenciais, mas não motivou o ato nem indicou exatamente quais seriam os documentos faltantes. João argumentou que deveria ao menos ter recebido orientações para corrigir as falhas no pedido. Com base nos princípios e disposições da Lei nº 9.784/99, assinale a alternativa correta:

- a) a Secretaria agiu corretamente ao recusar o recebimento do requerimento de João, já que o pedido não estava completo e faltavam documentos essenciais.
- b) o servidor deveria ter aceitado o pedido de João, independentemente das falhas, uma vez que a Lei nº 9.784/99 não exige que o requerimento inicial seja completo.
- c) a Secretaria poderia recusar o pedido de João apenas se lhe oferecesse um modelo padronizado para o requerimento que suprisse as falhas encontradas.
- d) a recusa do servidor foi indevida, pois ele deveria ter orientado João sobre as falhas no requerimento e possibilitado a correção, conforme previsto na Lei nº 9.784/99.
- e) o requerimento de João deveria ser aceito sem questionamentos, já que a Administração não pode, em nenhuma hipótese, recusar pedidos de cidadãos.

46. O Congresso Nacional aprovou uma lei que estabelece diretrizes gerais para a regulação da segurança cibernética no Brasil, mas deixou em aberto vários aspectos técnicos que, segundo o texto da lei, deveriam ser regulamentados por um órgão específico do Poder Executivo. O órgão responsável foi autorizado pela lei a editar normas complementares que para tratar de procedimentos técnicos para a proteção de dados pessoais em plataformas digitais, conforme a evolução das tecnologias. O órgão, então, passou a editar regulamentos estabelecendo requisitos técnicos para a proteção de dados, inovando em aspectos não detalhados pela lei. Com base na descrição dos regulamentos autorizados e nas disposições sobre os poderes administrativos, assinale a alternativa correta:

- a) os regulamentos editados pelo órgão são inconstitucionais, uma vez que o Poder Executivo não pode inovar na ordem jurídica por meio de regulamentos, que têm função apenas de detalhar o conteúdo das leis.
- b) a edição de regulamentos autorizados pelo órgão é válida, desde que haja autorização legal expressa e que o legislador tenha estabelecido diretrizes gerais sobre o tema na lei.
- c) o órgão responsável só pode editar regulamentos que repitam o texto da lei aprovada pelo Congresso, não podendo, de forma alguma, inovar no conteúdo normativo.
- d) a Constituição Federal prevê expressamente a figura dos regulamentos autorizados, que são equiparados às leis delegadas, podendo ser modificados apenas por meio de outra lei.
- e) o órgão pode editar regulamentos sem autorização legal específica, uma vez que a regulamentação de aspectos técnicos não precisa ser precedida de lei.

DIREITO CONSTITUCIONAL*Nelma Fontana*

47. João, morador de uma cidade no interior do Brasil, foi processado por um artigo que publicou em seu blog, no qual criticava duramente a administração pública local, afirmando que o prefeito e sua equipe estavam envolvidos em práticas de corrupção. O prefeito entrou com uma ação por danos morais, alegando que as críticas de João são infundadas e afetaram sua reputação. João, por sua vez, argumenta que estava exercendo seu direito constitucional de liberdade de expressão.

Com base nos direitos e deveres individuais e coletivos previstos na Constituição Federal, assinale a alternativa correta sobre o caso

- a) João está sujeito à condenação por danos morais, uma vez que a Constituição garante a proteção à honra e à imagem das pessoas, inclusive de agentes públicos, sendo vedado qualquer tipo de crítica a essas autoridades.
- b) João pode ser responsabilizado por danos morais, pois a liberdade de expressão é limitada pela necessidade de comprovar as acusações contra o prefeito antes de manifestá-las, uma vez que críticas infundadas violam o direito à honra.
- c) João não pode ser processado, pois a liberdade de expressão é um direito absoluto garantido pela Constituição, prevalecendo sobre quaisquer outros direitos individuais, incluindo a honra.
- d) João está protegido pelo direito à liberdade de manifestação do pensamento, mas pode ser responsabilizado por danos morais se ficar comprovado que suas afirmações são falsas e ofensivas, pois a liberdade de expressão não é um direito absoluto.
- e) João pode ser processado, pois a Constituição Federal não prevê a liberdade de expressão como um direito amplo e irrestrito, especialmente quando envolve agentes públicos e figuras políticas, pois a imagem deles prevalece sobre a liberdade de expressão.

48. Carlos foi preso em flagrante por um crime de pequeno potencial ofensivo. No momento da prisão, a autoridade policial negou-lhe o direito de comunicar o fato à sua família e de acessar um advogado, alegando que ele deveria permanecer incomunicável até o fim da investigação, para evitar que atrapalhasse a coleta de provas. Diante dessa situação, Carlos entrou com uma ação judicial alegando a violação de seus direitos fundamentais.

Com base nos direitos fundamentais previstos na Constituição Federal, assinale a alternativa correta

- a) A autoridade policial agiu corretamente ao impedir a comunicação de Carlos, pois o interesse da investigação justifica a restrição temporária ao direito de comunicação do preso.
- b) Carlos tem o direito de permanecer incomunicável durante o período de investigação, desde que não ultrapasse 48 horas, conforme prevê o artigo 5º da Constituição Federal.
- c) A Constituição Federal assegura a todos os presos o direito à comunicação com seus familiares e advogados, sendo vedada a incomunicabilidade em qualquer circunstância.
- d) A autoridade policial pode manter Carlos incomunicável durante as primeiras 24 horas da prisão, se isso for necessário para a preservação da investigação criminal.
- e) A comunicação com familiares pode ser negada pela autoridade policial, mas o direito de acesso a um advogado deve ser sempre garantido.

49. Ana é servidora pública e, por convicção religiosa, se recusa a trabalhar aos sábados, alegando que esse é um dia sagrado de sua fé. A administração pública, por sua vez, afirma que a presença dela no serviço aos sábados é obrigatória, visto que sua função exige plantões semanais, inclusive aos fins de semana. Ana foi advertida por não comparecer ao trabalho em mais de uma ocasião. Sobre o caso e com base nas normas previstas na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- a) Ana tem o direito absoluto de se recusar a trabalhar aos sábados por motivo de crença religiosa e não pode sofrer nenhuma sanção administrativa ou judicial por isso.
- b) Ana tem direito à escusa de consciência por motivo de crença religiosa, mas deve arcar com as consequências legais, como a substituição de sua função ou compensação de horários.
- c) A escusa de consciência por motivo religioso não se aplica a servidores públicos, pois estes devem seguir as normas de funcionamento da administração pública, independentemente de suas convicções pessoais.
- d) Ana não tem direito à escusa de consciência, pois o artigo 5º, inciso VIII, só prevê essa possibilidade em caso de convocação para o serviço militar obrigatório.
- e) A administração pública pode obrigar Ana a trabalhar aos sábados, já que as convicções religiosas não podem interferir no regular funcionamento dos serviços essenciais à coletividade.

50. Lucas nasceu na França, filho de pais brasileiros que estavam no país a trabalho pela empresa que trabalhavam no Brasil. Após alguns anos, a família retornou ao Brasil, onde Lucas passou a viver e estudar. Ao atingir a maioridade, Lucas desejou saber sua situação jurídica em relação à sua nacionalidade, uma vez que nasceu fora do Brasil, mas seus pais são brasileiros. Sobre o caso, assinale a alternativa correta

- a) Lucas não é brasileiro nato, pois nasceu no exterior e só pode obter a nacionalidade brasileira mediante naturalização.
- b) Lucas é considerado brasileiro nato, pois, embora tenha nascido no exterior, é filho de brasileiros que estavam a serviço do governo brasileiro.
- c) Lucas é estrangeiro, mas pode se tornar brasileiro nato, a qualquer tempo, se optar pela nacionalidade brasileira.
- d) Lucas não pode ser considerado brasileiro nato, pois somente filhos de brasileiros nascidos no Brasil têm essa condição automaticamente assegurada pela Constituição.
- e) Lucas é considerado brasileiro naturalizado, pois nasceu no exterior, e a Constituição não prevê a atribuição de nacionalidade brasileira aos filhos de brasileiros nascidos fora do país.

51. O Estado de São Pedro, um dos entes da federação brasileira, decidiu aprovar uma lei estadual para regulamentar a criação de novas regras eleitorais para a escolha de vereadores e prefeitos em seu território. O governador argumenta que, por ser uma unidade federativa autônoma, o Estado tem competência para legislar sobre essa matéria. Diversos partidos políticos ingressaram no Supremo Tribunal Federal (STF) alegando que a referida lei é inconstitucional.

Com base na Organização Político-Administrativa prevista na da Constituição Federal, assinale a alternativa correta

- a) O Estado de São Pedro pode legislar sobre regras eleitorais municipais, pois a Constituição Federal reconhece a autonomia dos estados e municípios para organizarem suas próprias eleições.
- b) O Estado de São Pedro não pode legislar sobre normas eleitorais, pois essa competência é exclusiva da União, conforme previsto na Constituição Federal.
- c) A competência para legislar sobre questões eleitorais municipais é concorrente entre a União, os Estados e os Municípios, sendo permitido ao Estado suplementar a legislação da União.
- d) O Estado de São Pedro pode criar regras eleitorais para seus municípios, desde que tais regras não entrem em conflito com a legislação federal já existente.
- e) A Constituição Federal permite aos estados legislar sobre eleições municipais quando não houver uma lei federal que trate da matéria.

52. Joaquim, segurado do INSS, ingressou com uma ação judicial contra a Instituto Nacional do Seguro Social, para discutir benefício previdenciário. O processo foi distribuído para a Justiça Estadual do seu estado de domicílio, uma vez que ele não encontrou Varas Federais na Comarca de seu domicílio. Após a decisão em primeira instância, Joaquim e a União recorreram da sentença. A

respeito do caso, indique a alternativa que contém o tribunal adequado para julgamento do recurso.

Com base nas normas constitucionais sobre o Poder Judiciário, assinale a alternativa correta

- a) O recurso deverá ser julgado pelo Tribunal de Justiça do estado, já que a ação foi inicialmente distribuída na Justiça Estadual, por ausência de Vara Federal.
- b) O recurso deverá ser julgado pelo Superior Tribunal de Justiça, pois a matéria envolve interpretação de lei federal.
- c) O recurso deverá ser julgado pelo Tribunal Regional Federal, uma vez que a competência para julgar causas envolvendo a União é da Justiça Federal, e a ação foi distribuída à Justiça Estadual apenas por força da inexistência de Vara Federal.
- d) O recurso deverá ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal, pois a matéria diz respeito à União e à Constituição Federal.
- e) O recurso deverá ser julgado pelo Tribunal Superior do Trabalho, pois a ação envolve questões pertinentes ao direito do trabalho.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO

Stefan Fantini

53. No processo administrativo, a condução dos trabalhos, por meio da influência para orientar e motivar as pessoas é tarefa relacionada à função

- a) planejamento
- b) organização
- c) direção
- d) controle
- e) distribuição

54. João das Neves é Gerente de Comunicação de determinada Entidade Pública. A sua principal atribuição é divulgar para a sociedade os projetos e resultados alcançados pela Entidade. Mario Bros, por sua vez, também é funcionário dessa mesma Entidade Pública e tem como principal atribuição compartilhar informações relevantes com outros membros da Entidade.

Tendo em vista os papéis desempenhados pelo administrador, pode-se afirmar que João das Neves e Mario Bros desempenham, essencialmente, papéis:

- a) informacionais, de disseminador e porta-voz, respectivamente.
- b) interpessoais, de porta-voz e disseminador, respectivamente.
- c) interpessoais, de disseminador e porta-voz, respectivamente.
- d) informacionais, de porta-voz e disseminador, respectivamente.
- e) interpessoais, de porta-voz e monitor, respectivamente.

55. O planejamento realizado pelo nível intermediário, direcionado a determinada unidade da organização, com foco no médio prazo é o

- a) planejamento estratégico
- b) planejamento tático
- c) planejamento operacional
- d) planejamento institucional
- e) planejamento global

56. Dentre os 06 elementos básicos que devem ser observados no projeto de definição da estrutura organizacional, aquele que indica quantas pessoas cada executivo pode dirigir de forma eficaz e eficiente é chamado de:

- a) especialização do trabalho.
- b) departamentalização.
- c) cadeia de comando.
- d) amplitude de controle.
- e) formalização

57. João das Neves, funcionário da organização SF123, foi promovido a gerente. A promoção foi muito mal aceita pelos demais membros da equipe, que não acreditavam que ele tinha mérito para ser promovido a gerente. A equipe desempenha tarefas desestruturadas e trabalha sem qualquer meta definida. João das Neves, enquanto novo gerente, não terá qualquer autonomia para recompensar o bom desempenho dos subordinados, e nem poderá solicitar substituições de funcionários que não apresentem bons resultados.

Na situação descrita, de acordo com a teoria da liderança contingencial de Fiedler, o estilo de liderança mais eficaz será o:

- a) orientado para o relacionamento;
- b) persuasivo;
- c) orientado para a tarefa.
- d) transformacional;
- e) diretivo;

58. A barreira à comunicação que ocorre quando o emissor manipula a informação para que ela seja vista de maneira mais favorável pelo destinatário, com o intuito de evitar conflitos é chamada de

- a) sobrecarga de informações
- b) filtragem
- c) percepção seletiva
- d) semântica
- e) desinteresse

59. O ciclo PDCA é uma ferramenta que tem foco na melhoria contínua e possui 04 etapas. Nesse ciclo, a verificação dos resultados daquilo que foi executado ocorre na etapa

- a) P (Plan)
- b) C (Check)
- c) A (Act)
- d) D (Do)
- e) S (Study)

60. Competência pode ser definida como o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes. A dimensão que constitui o “saber acumulado” de um indivíduo, isto é, se refere aos aspectos que um indivíduo precisa saber para entender algo e ser capaz de realizar determinada tarefa é chamada de

- a) conhecimento
- b) habilidade
- c) atitude
- d) autoridade
- e) nenhuma das anteriores

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Luciana Marinho

61. Conforme a Lei 4.320/64, a Lei Orçamentária Anual (LOA) não consignará dotações globais destinadas a atender, sem a discriminação necessária, a despesas de pessoal, material e serviços de terceiros. Tal mandamento refere-se ao princípio do(a):

- a) unidade
- b) especificação
- c) não vinculação
- d) universalidade
- e) orçamento bruto

62. Em relação à receita pública, a Lei 4.320/64 afirma que a receita, cuja arrecadação se origina de concessões e permissões de serviços de transporte, é considerada como:

- a) receitas de transferências.
- b) receitas de serviços.
- c) receitas de operações de créditos.
- d) receitas patrimoniais.
- e) outras receitas correntes.

63. Segundo a Lei 4.320/64, o estágio de execução da receita que identifica o sujeito passivo da obrigação tributária e ocorrência do fato gerador é:

- a) Arrecadação
- b) Empenho
- c) Lançamento
- d) Liquidação
- e) Previsão.

64. A Lei Complementar nº 101/2000 “Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal...”. Com base no artigo 2º desta legislação,

- a) Empresa controlada é a que recebe do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária.
- b) Receita corrente líquida é o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, deduzidos, nos Estados, as parcelas entregues aos Municípios por determinação constitucional.
- c) A receita corrente líquida será apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos doze anteriores, excluídas as duplicidades.
- d) empresa estatal dependente é a sociedade cuja maioria do capital social com direito a voto pertença, direta ou indiretamente, a ente da Federação.
- e) Para os efeitos dessa lei complementar, antes da Federação são apenas: a União, os Estados e os Municípios.

65. Entre os elementos que a Lei de Diretrizes Orçamentárias deve dispor, conforme a Lei Complementar nº 101/2000, não se inclui:

- a) Normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos
- b) Condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas
- c) Critérios e forma de limitação de empenho
- d) Equilíbrio entre receitas e despesas
- e) **Medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado.**

66. No que se refere às regras estabelecidas na Lei nº 4.320/1964, tem-se que

- a) A abertura dos créditos especiais e extraordinários depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa
- b) Constitui unidade orçamentária o agrupamento de serviços subordinados ao mesmo órgão ou repartição a que serão consignadas dotações próprias.
- c) Jamais poderão ser consignadas dotações a unidades administrativas subordinadas ao mesmo órgão.
- d) Para efeito de classificação da despesa, considera-se material permanente o de duração superior a um ano.
- e) É possível admitir emendas ao projeto de Lei de Orçamento que vise conceder dotação para o início de obra cujo projeto não esteja aprovado pelos órgãos competentes

67. Considere as afirmativas a seguir sobre o Orçamento Público no Brasil.

- I. Todas as receitas e despesas constarão da Lei de Orçamento pelos seus totais, vedadas quaisquer deduções.
- II. É classificada como inversão financeira a constituição ou aumento do capital de entidades ou empresas que visem a objetivos comerciais ou financeiros, inclusive operações bancárias ou de seguros.
- III. O superavit do Orçamento Corrente resultante do balanceamento dos totais das receitas e despesas correntes constituirá item de receita orçamentária.

De acordo com a Lei nº 4.320/1964, está correto o que se afirma APENAS em

- a) I
- b) II
- c) III
- d) I e II
- e) I e III

68. A Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar nº 101/2000 – impõe, em seu artigo 22, uma série de medidas restritivas para os Poderes e órgãos que ultrapassem o chamado “limite prudencial”, correspondente a 95% dos limites máximos de despesas de pessoal, constantes dos artigos 19 e 20 do mesmo diploma, calculados em percentuais da receita corrente líquida dos respectivos entes políticos. Dessa forma, são vedados ao Poder ou Órgão incorrido no excesso, exceto:

- a) Revisão geral anual da remuneração e do subsídio dos agentes públicos.
- b) Criação de cargo ou emprego
- c) Alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa
- d) Provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança
- e) Criação de função

NOÇÕES DE DIREITO PENAL

Renan Araújo

69. Acerca da lei penal no tempo, analise as assertivas a seguir:

- I – Conforme entendimento predominante do STJ, caso haja superveniência de lei penal que ao mesmo tempo traga benefícios e prejuízos ao agente, não será possível ao Juiz realizar a combinação de leis penais, de forma a aplicar ao agente, de forma retroativa, apenas os aspectos benéficos da nova lei.
- II – A revogação de um tipo penal importa *abolitio criminis* quando a conduta ali prevista passa a integrar outro tipo penal.

III – Medidas Provisórias podem criminalizar condutas e estabelecer sanções penais, excepcionalmente, conforme entendimento do STF.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) I
- b) I e II
- c) II
- d) II e III
- e) III

70. Joaquim praticou, no dia 17.04.2024, fato tipificado como crime de lesão corporal grave (art. 129, §1º do CP), em tese praticado contra um funcionário público federal no exercício da função. Porém, restou comprovado por perícia médica que o infrator, ao tempo do fato, não era totalmente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento, por conta de perturbação de saúde mental. Nesse caso, é correto afirmar que Joaquim:

- a) não será isento de pena, mas terá sua pena reduzida de um a dois terços, podendo ser substituída por medida de segurança.
- b) será isento de pena, mas receberá medida de segurança.
- c) será considerado semi-imputável, com imposição necessária de medida de segurança.
- d) terá sua pena reduzida de um sexto a um terço.
- e) será considerado inimputável, sem imposição de medida de segurança, dada a ausência de periculosidade.

71. Eduardo, funcionário público do INSS (autarquia federal), ocupante de função de direção, foi denunciado pelo crime de peculato (art. 312 do CP), por supostamente ter se apropriado de valores dos quais tinha a posse em razão do cargo. Ao aplicar a pena, o Juiz fixou a pena-base em 02 anos. Diante da ausência de agravantes e atenuantes, não houve alteração na segunda fase da dosimetria da pena. Todavia, na terceira e última fase, o Juiz majorou a pena em um terço, por ser Eduardo ocupante de função de direção, na forma do art. 327, §2º do CP, aplicando uma pena final de 02 anos e 08 meses de reclusão e 60 dias-multa. Determinou, ainda, como efeito secundário da condenação, a perda do cargo público. Tendo em conta o caso narrado, assinale a alternativa correta:

- a) Agiu incorretamente o magistrado ao aplicar a majorante do art. 327, §2º do CP, bem como ao determinar a perda do cargo público, pois a pena fixada não ultrapassa 04 anos.
- b) Agiu incorretamente o magistrado ao aplicar a majorante do art. 327, §2º do CP, mas foi adequada a aplicação do efeito secundário de perda do cargo público.
- c) Agiu corretamente o magistrado ao aplicar a majorante do art. 327, §2º do CP, bem como foi adequada a aplicação do efeito secundário de perda do cargo público.
- d) Agiu corretamente o magistrado ao aplicar a majorante do art. 327, §2º do CP, mas agiu incorretamente ao determinar a perda do cargo público, pois a pena fixada não ultrapassa 04 anos.
- e) Agiu corretamente o magistrado ao aplicar a majorante do art. 327, §2º do CP, mas agiu incorretamente ao determinar a perda do cargo público, pois se trata de efeito automático da condenação, sendo desnecessária sua previsão expressa na sentença.

72. Rubens, reincidente em crime doloso (condenação anterior por crime de furto), mas portador de circunstâncias judiciais favoráveis, foi condenado pela prática do crime de extorsão a uma pena de 04 anos de reclusão e multa.

Atento ao caso narrado, assinale a alternativa correta:

- a) poderá ser fixado o regime inicial semiaberto, sendo possível a substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos.
- b) poderá ser fixado o regime inicial aberto, sendo possível a substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos.
- c) deverá ser fixado o regime inicial fechado, não sendo possível a substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos.
- d) deverá ser fixado o regime inicial fechado, sendo possível a substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos.
- e) poderá ser fixado o regime inicial semiaberto, não sendo possível a substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL

Antônio Pequeno

73. De acordo com a Lei nº 13.869/2019, que dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade, assinale a alternativa incorreta.

- a) As condutas descritas nesta Lei constituem crime de abuso de autoridade quando praticadas pelo agente com a finalidade específica de prejudicar outrem ou beneficiar a si mesmo ou a terceiro, ou, ainda, por mero capricho ou satisfação pessoal.
- b) A divergência na interpretação de lei ou na avaliação de fatos e provas não configura abuso de autoridade.
- c) Os crimes previstos nesta Lei são de ação penal pública incondicionada.
- d) As responsabilidades civil e administrativa são independentes da criminal, não se podendo mais questionar sobre a existência ou a autoria do fato quando essas questões tenham sido decididas no juízo criminal.
- e) Não faz coisa julgada em âmbito cível, assim como no administrativo-disciplinar, a sentença penal que reconhecer ter sido o ato praticado em estado de necessidade, em legítima defesa, em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito.

74. Um agente público foi condenado pelo crime de abuso de autoridade e a pena privativa de liberdade foi substituída por uma pena restritiva de direito.

De acordo com a Lei nº 13.869/2019, que dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade, assinale a alternativa que traga uma pena restritiva de direito de acordo com a lei mencionada.

- a) Reclusão
- b) Prisão simples
- c) Detenção
- d) Multa

e) Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas.

75. Dois indivíduos praticaram uma injúria racial contra um servidor público federal do TRF1ª. Com base nessa situação hipotética e de acordo com a Lei nº 7716/1989, marque a alternativa correta que traga a causa de aumento de pena para a injúria racial praticada em concurso de pessoas.

- a) 1/3
- b) 1/6
- c) 1/2
- d) 2/3
- e) 1/4

TEORIA GERAL DO PROCESSO

Ricardo Torques

76. A União ajuizou ação indenizatória em face de Carlos, residente em Boa Vista – RR. Após o ajuizamento da ação no domicílio do réu, Carlos – já tendo apresentado a sua contestação -, se mudou para Macapá – AP. Diante da situação narrada e do que dispõe o Código de Processo Civil a respeito do tema, assinale a alternativa correta:

- a) Determina-se a competência no momento da citação do réu.
- b) A ação deveria ter sido ajuizada no domicílio do autor, uma vez que se trata de ente federado.
- c) As modificações do estado de fato ou de direito ocorridos posteriormente são irrelevantes, salvo quando suprimirem órgão judiciário ou alterarem a competência absoluta.
- d) O foro competente para a referida ação é concorrente, podendo a União ajuizá-la tanto no domicílio do autor, quanto do réu.
- e) Considerando que Carlos mudou de cidade, deverá haver o declínio para Macapá-AP.

77. Paulo, servidor público federal, ajuizou ação indenizatória em desfavor da União, pleiteando o reconhecimento de determinada verba salarial, com valor da causa de R\$ 250.000,00. Devidamente citada, a União apresentou a sua contestação. Antes da intimação para a réplica, o juízo constatou que o único advogado de Paulo estaria com a sua inscrição na Ordem de Advogados cancelada. Na referida situação, deverá o juiz:

- a) Prosseguir com o feito, uma vez que a mera irregularidade de representação não pode impedir o acesso à justiça.
- b) Determinar a revelia de Paulo.
- c) Extinguir o processo de plano.
- d) Suspender o processo e designar prazo razoável para que seja sanado o vício.
- e) Conceder o prazo de 15 (quinze) dias para que seja sanado o vício, sem suspensão do processo.

78. John, estrangeiro, pretende ajuizar ação indenizatória em desfavor da União. Ao consultar o seu advogado particular, no entanto, foi informado da necessidade de recolhimento de custas para ingressar com o processo ou da necessidade de apresentar declaração de hipossuficiência para concessão da gratuidade. Sobre os limites e características da referida gratuidade, assinale a alternativa correta:

- a) A concessão de gratuidade afasta a responsabilidade do beneficiário pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência.
- b) Por ser estrangeiro, John não poderá ter o seu pleito de gratuidade deferido.
- c) Presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural.
- d) A assistência do requerente por advogado particular impede a concessão de gratuidade da justiça.
- e) A concessão de gratuidade afasta o dever de o beneficiário pagar, ao final, as multas processuais que lhe sejam impostas.

79. Paula pretende ingressar com ação em desfavor da União Federal, com o objetivo de receber a quantia de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), a título de dano moral. Para tanto, consultou o seu advogado acerca da possibilidade de ingressar com a ação no âmbito do Juizado Especial Federal Cível. Segundo dispõe a lei 10.259/2001, compete ao Juizado Especial Federal Cível processar, conciliar e julgar causas de competência da Justiça Federal até:

- a) 30 (trinta) salários-mínimos, motivo pelo qual a referida ação não deve ser ajuizada perante o Juizado Especial Federal.
- b) 20 (vinte) salários-mínimos, motivo pelo qual a referida ação não deve ser ajuizada perante o Juizado Especial Federal.
- c) 60 (sessenta) salários-mínimos. Apesar disso, não compete aos Juizados Especiais Federais Cíveis o julgamento de ação de indenização por danos morais.
- d) 60 (sessenta) salários-mínimos, sendo perfeitamente possível o julgamento da referida ação por um Juizado Especial Federal.
- e) 10 (dez) salários-mínimos, motivo pelo qual a referida ação não deve ser ajuizada perante o Juizado Especial Federal.

- 80.** Em relação às normas fundamentais do processo civil, assinale a alternativa correta.
- a) Todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva.
 - b) É vedada a arbitragem.
 - c) O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, salvo se se tratar de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.
 - d) Os juízes e os tribunais atenderão, obrigatoriamente, à ordem cronológica de conclusão para proferir sentença ou acórdão.
 - e) As partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, ressalvada a atividade satisfativa.
-

Discursiva

A Responsabilidade Coletiva na Preservação do Meio Ambiente: o Combate às Queimadas e a Preservação da Natureza no Brasil

As queimadas, especialmente na Amazônia e no Cerrado, têm sido uma questão ambiental crítica no Brasil, causando devastação em larga escala. Além de prejudicar a biodiversidade e alterar os ecossistemas, esses incêndios contribuem para o aumento das emissões de gases de efeito estufa e comprometem a saúde das populações locais. Diante desse cenário, surgem debates sobre a responsabilidade tanto do governo quanto da sociedade na preservação da natureza e no combate a essas práticas destrutivas.

Considerando o papel dos governantes na formulação de políticas públicas eficazes, bem como a conscientização e o engajamento da sociedade civil, discuta como a preservação do meio ambiente e o combate às queimadas podem ser mais eficazes no Brasil. Avalie as ações de preservação já adotadas e sugira medidas para um futuro sustentável.

Instruções:

- A discussão deve abordar a responsabilidade dos governantes na criação e implementação de políticas ambientais eficazes.
- Avalie o papel da sociedade na preservação da natureza e no combate às queimadas.
- Proponha soluções para a redução das queimadas e para a preservação dos ecossistemas ameaçados no Brasil.

Desenvolva sua argumentação com base em dados, exemplos e soluções concretas, apresentando uma visão crítica e reflexiva sobre o tema.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
